



## **MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

**Emitente:** Unidade de Controle Interno da Câmara de Pancas-ES

**Entidade:** Poder Legislativo do Município de Pancas-ES

**Gestor responsável:** Otniel Carlos de Oliveira

**Exercício:** 2023

### **RELATÓRIO**

#### **Introdução**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, tendo por base a Prestação de Contas apresentada pelos setores desta unidade de gestão, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Cabe destacar também, que tais pontos de controle foram analisados através da comparação entre as informações contidas da Prestação de Contas Anual e demais documentos emitidos pelos setores responsáveis e que o Responsável pela unidade de Controle Interno desta casa de leis, que subscreve a presente manifestação, não possui formação contábil e por isso, não possui capacidade técnica para emitir opinião quanto às informações do setor contábil.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Código	Ponto de controle	Processos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do ponto de Controle	Amostras selecionadas
1.1.2	Despesa – Realização sem prévio empenho	0000001/2022 0000001/2023 0000002/2022 0000002/2023 0000003/2021 0000003/2022 0000003/2023 0000004/2022 0000004/2023 0000005/2021 0000005/2023 0000006/2022 0000006/2023 0000008/2023 0000012/2023 0000024/2022 0000026/2022 0000028/2022 0000050/2021 0000066/2023 0000076/2023 0000086/2022 0000158/2022 0000207/2023 0000208/2023 0000238/2023 0000240/2023 0000255/2023 0000322/2023 0000332/2023 0000414/2023 0000469/2023 0000471/2023 0000494/2023 0000531/2023 0000546/2023 0000602/2023 0000612/2023 0000675/2023 0000680/2023 0000720/2023 0000722/2023 0000745/2022 0000772/2022 0000773/2023 0000783/2023 0000800/2022 0000805/2023 0000850/2022 0000851/2022 0000852/2022 0000853/2022 0000854/2023 0000855/2022 0000856/2022 0000857/2022 0000865/2023 0000875/2023 0000918/2023 0000930/2023	Lei 4.320/1964, art. 60.	Exame de Registros Auxiliares.  Através de relatórios do setor de contabilidade, verificamos a existência de empenho prévio em todas as despesas.  O tipo de despesas selecionadas estão dispostas na tabela de achados.	R\$ 3.705.894,92	R\$ 1.149.399,38



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	0000060/2022 0000072/2022 0000153/2022 0000165/2022 0000238/2022 0000251/2022 0000299/2022 0000344/2022 0000347/2022 0000376/2022 0000408/2022 0000409/2022	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/98, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Análise documental. Também entrevista.	R\$ 536.818,75	R\$ 536.818,75
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	0000305/2023 0000918/2023 0000865/2023 0000865/2023 0000865/2023 0000773/2023 0000773/2023 0000680/2023 0000612/2023 0000612/2023 0000531/2023 0000471/2023 0000414/2023 0000322/2023 0000255/2023	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Análise documental	R\$ 355.211,27	R\$ 355.211,27
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	0000305/2023 0000918/2023 0000865/2023 0000865/2023 0000865/2023 0000773/2023 0000773/2023 0000680/2023 0000612/2023 0000612/2023 0000531/2023 0000471/2023 0000414/2023 0000322/2023 0000255/2023	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Análise documental	R\$ 536.818,75	R\$ 536.818,75
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	0000305/2023 0000918/2023 0000865/2023 0000865/2023 0000865/2023 0000773/2023 0000773/2023 0000680/2023 0000612/2023 0000612/2023 0000531/2023 0000471/2023 0000414/2023 0000322/2023 0000255/2023	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Análise documental e entrevista	R\$ 181.607,48	R\$ 181.607,48
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	0000305/2023 0000918/2023 0000865/2023 0000865/2023 0000865/2023 0000773/2023	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991	Análise documental. Entre os gastos com obrigações	R\$ 536.818,75	R\$ 536.818,75



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



		0000773/2023 0000680/2023 0000612/2023 0000612/2023 0000531/2023 0000471/2023 0000414/2023 0000322/2023 0000255/2023	Lei Local Regime de competência	previdenciárias não foram localizados pagamentos de parcelamentos.		
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Não foi localizado qualquer pendência que que justificasse qualquer cobrança	LRF	Análise documental	R\$ 536.818,75	R\$ 536.818,75
<b>1.3 Gestão Patrimonial</b>						
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Inventário patrimonial e Inventário de estoque	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Análise documental – relatórios da PCA	R\$ 1.439.749,98	R\$ 1.439.749,98
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Inventário patrimonial e Inventário de estoque	Lei 4.320/1964, art. 94.	Análise documental – relatórios da PCA	R\$ 1.439.749,98	R\$ 1.439.749,98
1.3.3	Disponibilidades financeiras – Depósito e aplicação	Extratos, demonstrativos contábeis e ROLGES	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Análise documental e Conformidade	R\$ 3.705.894,92	R\$ 3.705.894,92
1.3.4	Disponibilidades financeiras – Depósito e aplicação	Extratos, demonstrativos contábeis e ROLGES	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Análise documental e Conformidade	R\$ 3.705.894,92	R\$ 3.705.894,92
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato.	Extratos, demonstrativos contábeis e ROLGES	Lei 4.320/1964, arts. 42.	Análise documental e Conformidade	R\$ 3.705.894,92	R\$ 3.705.894,92
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	Demonstrativos contábeis e relatórios do Setor de	LC 101/2000, art. 18.	Análise documental	R\$ 2.082.453,26	R\$ 2.082.453,26



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



		Recursos Humanos				
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Análise documental	R\$ 2.082.453,26	R\$ 2.082.453,26
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Análise documental	R\$ 2.082.453,26	R\$ 2.082.453,26
1.4.9	Despesas com Pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de Mandato – nulidade do ato	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Revisão Analítica	R\$ 2.082.453,26	R\$ 2.082.453,26
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Recálculo	R\$ 2.082.453,26	R\$ 2.082.453,26
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Recálculo	R\$ 2.082.453,26	R\$ 2.082.453,26
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Observação Direta	R\$ 2.082.453,26	R\$ 2.082.453,26
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	RFB/88, art. 29-A, § 1º.	Recálculo	R\$ 3.705.894,92	R\$ 1.953.580,21



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



1.4.17	Despesas com Pessoal – Subsidio dos Vereadores - Fixação	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	RFB/88, art. 29-A, § 1º.	Observação Direta	R\$ 698.861,32	R\$ 698.861,32
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Revisão Analítica	R\$ R\$ 698.861,32	R\$ R\$ 698.861,32
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	Relatórios do Setor de Recursos Humanos	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Observação Direta	R\$ 698.861,32	R\$ 698.861,32
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	Relatórios do Setor de Recursos Humanos.	CRFB/88, art. 29-A.	Análise documental e Revisão analítica	R\$ 2.082.453,26	R\$ 2.082.453,26

### 1.5 Demais atos de gestão

1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	Documentos da PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Conciliação	R\$ 3.705.894,92.	R\$ 3.705.894,92
1.5.2	Segregação de funções.	Observação diária de rotinas	CRFB/88, art. 37.	Observação direta	R\$ 3.705.894,92	R\$ 3.705.894,92

2

### 2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

2.2.8	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	Relatórios do Setor contábil	LC 101/2000, art. 16.	Conciliação	R\$ 3.705.894,92	R\$ 3.705.894,92
2.2.9	Despesa pública	Relatórios do	LC 101/2000, art.	Observação	R\$ 3.705.894,92	R\$



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



	– criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – afetação das metas fiscais.	Setor contábil	17, § 3º.	Direta		3.705.894,92
2.2.10	Execução de programas e projetos	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 167, I.	Análise documental	R\$ 3.705.894,92	R\$ 3.705.894,92
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 167	Análise documental analítica	R\$ 3.705.894,92	R\$ 3.705.894,92
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	Entrevista com o setor contábil e Legislação	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Análise documental	R\$ 3.705.894,92	R\$ 3.705.894,92
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Indagação	R\$ 3.705.894,92	R\$ 3.705.894,92
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	Entrevista com o setor contábil	LC 101/2000, art.50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Indagação	R\$ 3.705.894,92	R\$ 3.705.894,92
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Relatórios do Setor contábil	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Indagação	R\$ 3.705.894,92	R\$ 3.705.894,92
2.2.29	Déficit orçamentário – medidas de contenção	Relatórios do Setor contábil	LC 101/2000, art. 9º.	Análise documental	R\$ 3.705.894,92	R\$ 0,00





## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Indagação	R\$ 3.705.894,92	R\$ 3.705.894,92
2.2.31	Despesa – liquidação	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	Lei 4.320/1964, art. 63.	Indagação	R\$ 3.705.894,92	R\$ 2.483.586,37
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	Lei 4.320/1964, art. 62	Análise documental	R\$ 3.705.894,92	R\$ 2.483.586,37
2.2.33	Despesa – desvio de finalidade	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Indagação	R\$ 3.705.894,92	R\$ 3.705.894,92
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	Legislação específica.	Análise documental	R\$ 3.705.894,92	R\$ 3.705.894,92
2.2.35	Despesa – subvenção social.	Relatórios do Setor contábil e entrevista com o setor contábil	Lei 4.320/1964 art. 16.	Análise documental	0,00	R\$ 0,00
<b>2.3 Gestão Patrimonial</b>						
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 100. / ei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Observação direta	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67	Observação direta	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.4	Dívida ativa e demais créditos Tributários - Cancelamento	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 100 c/c Lei LC 101/2000, art. 9º	Análise documental	R\$ 0,00	R\$ 0,00





## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



2.3.5	Cancelamento de passivos	Relatórios do Setor contábil	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Indagação	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>2.4 Limites Constitucionais Legais</b>						
2.4.1	Transferências voluntárias – exigências	Relatórios do Setor contábil	LC 101/2000, art. 25, § 1º	Indagação	R\$ 3.705.894,92	R\$ 3.705.894,92
2.4.3	Dívida pública – originalmente superior ao limite – redução do valor excedente	Relatórios do Setor contábil	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Indagação	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>2.5 Gestão Previdenciária</b>						
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Relatórios do Setor contábil	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Indagação	R\$ 3.705.894,92	R\$ 536.818,75
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Observação direta	<b>Não se aplica</b>	<b>Não se aplica</b>
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Análise documental	R\$ 536.818,75	R\$ 536.818,75
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Observação direta	<b>Não se aplica</b>	<b>Não se aplica</b>
2.5.7	Servidores cedidos	Relatórios do Setor de Recursos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art.	Observação direta	<b>Não se aplica</b>	<b>Não se aplica</b>



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



		Humanos.	1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.			
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Conformidade (Verificação documental)	<b>Não se aplica</b>	<b>Não se aplica</b>
2.5.26	Censo Atuarial	Observação diária de rotinas	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12	Observação diária de rotinas	10 servidores efetivos 21 Servidores Comissionados 1 Servidor inativo 11 vereadores	10 servidores efetivos 21 Servidores Comissionados 1 Servidor inativo 11 vereadores
2.5.37	Registro de Admissões	Observação diária de rotinas	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Observação diária de rotinas	Não houve admissão de efetivos no período	<b>Não se aplica</b>
<b>2.6 Demais atos de gestão</b>						
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Relatórios do Setor de Recursos Humanos.	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Observação direta	8 Funções gratificadas	8 Funções gratificadas
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Observação diária de rotinas	Artigo 12, §2º da lei 827/2004	Observação direta	10% dos cargos em comissão	10% dos cargos em Comissão
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Observação diária de rotinas	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Observação direta	Não houve aplicação	Não houve aplicação
2.6.4	Pessoal – teto	Relatórios do Setor contábil e do setor de Recursos humanos	CRFB/88, art. 37, inciso XI	Revisão analítica	R\$ 2.082.453,26	R\$ 2.082.453,26
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei	Relatórios do Setor contábil e	CRFB/88, art. 37,	Análise documental	R\$ 1.953.580,21	R\$ 1.953.580,21



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



	específica.	do setor de Recursos humanos	caput.			
2.6.6	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.	Dispensa 000012/2023 Dispensa 000906/2023 Dispensa 000062/2023 Dispensa 000065/2023 Dispensa 000119/2023 Dispensa 000066/2023 Dispensa 000180/2023 Dispensa 000076/2023 Dispensa 000203/2023 Dispensa 000207/2023 Dispensa 000238/2023 Dispensa 000240/2023 Dispensa 000332/2023 Dispensa 000469/2023 Dispensa 000546/2023 Dispensa 000602/2023 Dispensa 000675/2023 Dispensa 000720/2023 Dispensa 000722/2023 Dispensa 000783/2023 Dispensa 000805/2023 Dispensa 000854/2023  Dispensa Eletrônica 000208/2023  Inexigibilidade 000904/2023 Inexigibilidade 000905/2023 Inexigibilidade 000907/2023	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.  Lei 14.133	Indagação	R\$ 219.918,41	R\$ 219.918,41
2.7.1.1	Resolutividade das	IN TC regulamentadora	Análise documental	indagação		



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



	inconsistências indicativas informadas na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	da remessa de prestação de contas				
2.5.1.2 2.7.1.2	Resolutividade dos pontos de controle existentes na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	IN TC regulamentadora da remessa de prestação de contas	Análise documental	Análise documental		
2.7.2.1	Registro de Admissões – envio ao TCE	Base legal CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016	Análise documental	Análise documental	5 Admissões	0 admissões de servidores efetivos
2.7.2.2	Registro de Admissões – apreciação do controle interno	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016	Análise documental	Análise documental	5 Admissões	0 admissões de servidores efetivos

### 1.2. Constatções e proposições

Código	Achados	Proposições/alertas	Situação
1.1.2	Foi empenhado o valor total de R\$ 3.705.894,92. Nossa análise neste ponto foi restrita à processos referentes à pagamentos, excluindo folhas de pagamento de pessoal, obrigações relativas à pessoal, bem como, pagamento de diárias e valores de	Não houve proposições ou alertas	Constatou-se que todos os pagamentos foram realizados com prévio empenho.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



	consignados. O montante dos processos analisados soma R\$ 1.149.399,38.		
1.2.1	Houve o registro contábil de todos os pagamentos feitos em decorrência das obrigações previdenciárias. Foram analisados os pagamentos feitos ao Instituto Nacional de Previdência, porém, não houve em sede da presente prestação de contas o recalcule para averiguar se os valores estão corretos. Ficando esta análise adstrita apenas à existência de registro adequado	Não houve proposições ou alertas	Houve o Adequado registro
1.2.2	Os pagamentos foram realizados dentro do prazo e conforme registro contábil	Não houve proposições ou alertas.	Houve adequado pagamento
1.2.3	Não houve pagamento de juros ou multas por atraso	Não houve proposições ou alertas	Pagamentos feitos de forma corretas e dentro dos prazos.
1.2.4	Todos os repasses foram realizados.	Não houve proposições ou alertas	Pagamentos/retenções feitos de forma corretas e dentro dos prazos.
1.2.5	Não há débitos em parcelamento	Não houve proposições ou alertas	Não há débitos em parcelamento
1.2.8	Não há cobrança de débitos previdenciários em vigor.	Não houve proposições ou alertas	Não há cobrança de débitos previdenciários em vigor.
1.3.1	As informações condidas na PCA refletem as informações contidas no inventário de bens móveis. O foco da averiguação foram o confronto de documentos.	Não houve proposições ou alertas	O registro contábil está correto.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



1.3.2	As informações dos bens são suficientes para caracteriza-lo. Está feita contabilização dos bens de forma adequada. Contudo, não há ato formal que atribua a obrigação de cuidado a um servidor específico. Há uma responsabilização genérica atribuída ao Diretor Geral.	Não houve proposições ou alertas	Existe uma responsabilidade ampla do Diretor Geral. O diretor geral é o responsável pela guarda e administração dos bens. Os bens são contabilizados e caracterizados de forma correta.
1.3.3	Todos os recursos recebidos foram depositados em instituições financeiras.	Não houve proposições ou alertas	A totalidade dos recursos foi recebido através de instituições financeiras.
1.3.4	Os demonstrativos contábeis evidenciam os valores depositados nas contas bancárias. Não houve aplicação financeira em 2022.	Não houve aplicação financeira em 2022.	Os demonstrativos contábeis evidenciam os valores depositados nas contas bancárias. Contudo, não há aplicação financeira dos recursos
1.3.7	2023 não foi o último ano de mandato	Não houve proposições ou alertas	Obrigações contraídas com suficiente disponibilidade de caixa.
1.4.6	Todas as despesas foram consideradas	Não houve proposições ou alertas	Procedimentos realizados em acordo com determinações legais.
1.4.7	Não foi detectado qualquer desrespeito aos limites descritos nos artigos 19 e 20 do LRF. A receita corrente líquida do município de Pancas, em 2022, foi de R\$ 78.402.951,63.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.8	Não foi detectado qualquer desrespeito aos limites descritos no artigo 21 do LRF	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



1.4.9	2023 não foi o final de mandato do Presidente da Câmara. Não houve aumento de despesas nos últimos 180 dias.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.10	O limite prudencial (95%) não foi atingido.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.11	Não foi detectado qualquer desrespeito aos limites descritos no artigo 20 do LRF	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão, sem a necessidade de adoção de medidas.
1.4.12	Não houve expansão de despesas com pessoal.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.13	Os gastos com pessoal ficaram em <b>49,27%</b> dos valores recebidos à título de duodécimo.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.17	As regras expostas no artigo 29, inciso VI da Constituição Federal foram cumpridas	Não houve proposições ou alertas	Não houve aumento de valor do subsídio, porém, em 2023 (janeiro) todos os servidores e agentes políticos receberam uma revisão geral na mesma data e índice.
1.4.18	Os pagamentos obedeceram aos limites do artigo 29, inciso VI (30%)	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.19	Não houve afronta ao limite de 5% da arrecadação municipal.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão
1.4.20	Neste ponto, não há o que se falar em crime de responsabilidade uma vez que o valor total da folha de pagamento ficou dentro dos limites legais.	Não houve proposições ou alertas	Limite cumprido pela gestão





## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



1.5.1	Documentos da PCA em conformidade.	Não houve proposições ou alertas	Determinação cumprida
1.5.2	Não foram localizadas situações de segregação de função.	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.8	Não houve expansão da atuação governamental.	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.9	Não houve expansão da atuação governamental.	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.10	Não houve	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.11	Não houve	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.13	Não houveram a abertura de créditos adicionais.	Não houve proposições ou alertas	Não houve abertura de Crédito suplementar sem a prévia autorização legislativa
2.2.18	Não foram localizados investimentos nestas características.	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.24	A avaliação foi feita através de entrevista com o responsável pelo setor contábil.	Não houve proposições ou alertas.	Atos, aparentemente, em acordo com a Legislação vigente.
2.2.28	A avaliação foi feita através de entrevista com o responsável pelo setor contábil	Não houve proposições ou alertas	Atos, aparentemente, em acordo com a Legislação vigente no que tange à cronologia dos pagamentos.
2.2.29	Não foram expedidos atos de limitação à empenhos e movimentação financeira	Não houve proposições ou alertas	Atos em acordo com a Legislação vigente
2.2.30	A avaliação foi feita através de entrevista com o responsável pelo setor contábil. Foram realizados os registros e consonância com os artigos 16	Não houve proposições ou alertas	Atos, aparentemente, em acordo com a Legislação vigente



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



	e 17 da LRF, conforme determina o Artigo 15.		
2.2.31	Liquidações efetuada como determina o artigo 63 da lei 4320/64.	Não houve proposições ou alertas	Atos, aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.2.32	Pagamentos realizados como determina o artigo 62 da lei 4320/64.	Não houve proposições ou alertas	Atos, aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.2.33	Não foram verificados desvios.	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.2.34	Não houve concessão	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.2.35	Não houve concessão de subvenção social	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.3.1	Não foram localizados precatórios ou dívida ativa	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.3.2	Não foram localizados precatórios ou dívida ativa	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.3.4	Não foram localizados precatórios ou dívida ativa	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.3.5	Não foram localizados precatórios ou dívida ativa	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.4.1	A avaliação foi feita através de entrevista com o responsável pelo setor contábil	Não houve proposições ou alertas	Atos aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.4.3	Em questionamento feito o setor contábil, foi-nos informado que não há dívida anterior ao exercício de 2001	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.5.1	Foram coletados documentos comprobatórios no momento da contratação e dos pagamentos das empresas. Não foram verificadas, especificamente, a	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



	situação de cada empresa contratada.		
2.5.2	A Câmara Municipal de Pancas está vinculada ao regime Geral de previdência, logo este item não se aplica às informações da PCA.	Não houve proposições ou alertas	Atos, aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.5.4	A Câmara Municipal de Pancas está vinculada ao regime Geral de previdência. Não fizemos a análise de cada desconto.	Não houve proposições ou alertas	Atos, aparentemente, em acordo com a Legislação vigente
2.5.5	A Câmara Municipal de Pancas está vinculada ao regime Geral de previdência, logo este item não se aplica às informações da PCA.	Não houve proposições ou alertas	Não se aplica
2.5.7	Não houve servidores cedidos durante o exercício de 2023.	Não houve proposições ou alertas	Não se aplica
2.5.10	Não houve parcelamentos de débitos previdenciários	Não houve proposições ou alertas	Não se aplica
2.5.26	Não há um procedimento formal, contudo, os dados dos servidores são sempre atualizados pelo departamento de Recursos Humanos. Os dados apresentados são de 2023.	Não houve proposições ou alertas	Atualização realizada rotineiramente.
2.5.37	Não houve contratação de servidores efetivos em 2023.	Não houve proposições ou alertas	Não houve aplicação
2.6.1	Todas as funções gratificadas estão sendo exercidas por servidores efetivos. Os cargos em comissão estão de acordo com as determinações legais.	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais
2.6.3	Em 2023, não houve contratação por Tempo determinado.	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais



## CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



2.6.4	O valor do teto remuneratório imposto na Constituição Federal foi respeitado	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais
2.6.5	Todas as despesas com subsídios e vantagens seguiram determinação de Lei específica	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais.
2.6.6	Não foram localizadas nenhum ponto em desacordo com os artigos 24 e 26 da lei 8.666.	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais.
2.7.1.1	As inconsistências que surgiram diziam respeito à cadastro e foram prontamente solucionadas	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais.
2.5.1.2	Não houve	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais.
2.7.2.1	Não houve, durante o ano de 2023, nenhuma admissão de servidores efetivos.	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais.
2.7.2.2	Não houve, durante o ano de 2023, nenhuma admissão de servidores efetivos.	Não houve proposições ou alertas	Atuação dentro das determinações legais.

### 1.3 – Quanto à Tomadas de Contas especiais

Não houve **tomadas de contas especiais** em 2023.

## 2. PARECER DO CONTROLE INTERNO



**CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



Examinei a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do **Sr. Otniel Carlos de Oliveira**, relativa ao exercício de 2023

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados e já elencados, a referida prestação de contas se encontra **regular com ressalva**, uma vez que não possuo capacidade técnica para opinar quanto à documentos contábeis, uma vez que tenho formação em direito. Contudo, realizei entrevistas com o departamento responsável, colhi informações e documentos, no intuito de averiguar quaisquer tipos de irregularidade e nada foi encontrado.

Pancas-ES, 27 de março de 2023

Signed using DigiSigner